

## **AMAZÔNIA E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA:** a centralidade da região para a acumulação de capital e a produção de expressões da “questão social”

**Nádia Socorro Fialho Nascimento**  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

**AMAZÔNIA E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA:** a centralidade da região para a acumulação de capital e a produção de expressões da “questão social”.

**Resumo:** Este artigo aborda as questões que afetam a Região Amazônica e estão relacionadas ao papel que esta região desempenha na totalidade do desenvolvimento capitalista. Considera que a Acumulação Primitiva e o sistema colonial inerente a essa região constituíram-se no vetor fundamental para seu desenvolvimento. Ressalta que a expansão imperialista intensificou a exploração das nações ricas em recursos naturais, como é o caso do Brasil e, nele, como caso emblemático, da Amazônia brasileira, na qual se encontram os recursos imprescindíveis ao processo de acumulação capitalista, especialmente nos momentos de crise do sistema. Destaca a intensificação da exploração dos recursos naturais e da força de trabalho, nos países e regiões herdeiras da sina colonial, que têm produzido e reproduzido expressões da “questão social”, fazendo da Amazônia um caso clássico.

**Palavras-Chave:** Capitalismo, acumulação primitiva, imperialismo, Amazônia, “questão social”.

**AMAZON AND CAPITALIST DEVELOPMENT:** the centrality of the region for capital accumulation and the production of expressions of “social issues” within it.

**Abstract:** The problems that affect the Amazon region are related to the role that it represents in capitalist development. The Primitive Accumulation and the colonial system inherent to it, constitutes the main vector for that development. The imperialist expansion intensified the exploitation of the rich nations over the other ones, in terms of natural resources, as it is the case of Brazil being the Brazilian Amazon an emblematic case. In these countries or regions are located the necessary resources to the capitalist accumulation process, specially during the crisis of the system. The intensification of natural resources exploitation and the labor force in the countries and regions which inherited the colonial fate has produced and reproduced expressions of “social problems” in which the Amazon is a classical case.

**Keyword:** Capitalism, primitive accumulation, imperialism, Amazon; “social issue”.

Recebido em 12.04.2009. Aprovado em 16.06.2009.

## 1 INTRODUÇÃO

Os fenômenos que alimentam a mídia nacional e internacional – de todos os matizes -, sobre a Amazônia, resultam das contradições presentes neste universo particular, as quais estão, inequivocamente, relacionadas à acumulação capitalista mundial. A Acumulação Primitiva, e o sistema colonial a ela inerente, produziram inúmeros processos históricos que, na contemporaneidade, somaram-se a outros, especialmente em função da crise capitalista das últimas décadas do século XX e início do século XXI.

A Amazônia brasileira se constitui num vasto e rico território, onde a implantação de empreendimentos diversos, como grandes projetos (especialmente os minero-metalúrgicos), grandes intervenções do poder público (como rodovias, estradas federais e estaduais), projetos agroexportadores (como a monocultura da soja) etc., tem contribuído, dentre outros, para a expropriação do nativo, que foi perdendo aquilo que lhe permite a reprodução das suas condições materiais de existência - a terra e os espaços da natureza.

A essa expropriação seguiu-se, para uma expressiva parte deles, como única alternativa de sobrevivência a migração, o que contribuiu, ao lado de outros processos decorrentes da dinâmica das relações capitalistas na região, para, por exemplo, a reconfiguração da rede urbana da Amazônia. Por um lado essa migração produziu uma alta concentração urbana nas capitais da Região Norte como é o caso de Belém, capital do estado do Pará, que possui “*um grau de urbanização de 99,35%*” (PEREIRA, 2006, p. 36). Esse movimento rumo às grandes cidades também se repetiu em relação às pequenas e médias, as quais apresentaram índices de crescimento populacional superiores às capitais, concentrando então “*70% da população regional*” (idem, p. 25).

Há que se refletir sobre o resultado desses processos na vida desses contingentes que, ao chegarem nestes centros urbanos, oriundos de uma outra realidade, não tem garantido as mínimas condições de cidadania; a sua exclusão dos espaços e dos serviços de infra-estrutura é apenas a parte mais visível do processo. Concomitantemente, estas transformações na estrutura urbana das cidades na Amazônia se dão em meio a uma conjuntura econômica extremamente perversa, da qual derivam políticas públicas pontuais e autoritárias dos sucessivos governos, federal e estadual. A priorização do crescimento econômico, com vistas à formação de um *Superávit Primário*, que passou de “*mera ferramenta contábil em ponto essencial de política econômica*” (FILIPINI et al, 2004, p. 7), aprofundou a precariedade e/ou

inexistência de políticas públicas, tanto na área urbana, como na área rural, contribuindo dessa forma para um processo de empobrecimento generalizado da população brasileira como um todo e, da população amazônica, em particular.

A particular inserção da Amazônia no contexto da acumulação capitalista contemporânea produziu, e produz novas expressões da “questão social”<sup>1</sup> que chegam, por exemplo, aos profissionais de Serviço Social, tanto na área urbana, como na área rural, como demandas de uma população cada vez mais empobrecida. São demandas por moradia, saúde, educação, renda, transporte, etc., inscritas no contexto maior das contradições inerentes à sociedade capitalista. O enfrentamento de antigas e novas demandas postas por essa realidade, requer a compreensão tanto das especificidades da ação profissional na Amazônia, como da particularidade das expressões da “questão social” na região. Tomando por base a sua constituição nos marcos do capitalismo, o que refuta qualquer tipo de naturalização, consideramos que ela deve ser apreendida não apenas nas suas expressões universais, as quais se revelam tão complexas no estágio atual do capitalismo dos monopólios, mas, também, em suas expressões particulares, no que o estudo da realidade amazônica se coloca como fundamental.

Dada a complexidade das questões presentes nesse universo particular que é a Amazônia, cumpre destacar que a sua apreensão, impescinde de uma leitura da realidade como totalidade social. Esta posição diferencia-se, inequivocamente, tanto das análises conservadoras, como daquelas que, pretensamente críticas, acabam por resvalar para a análise pós-moderna. Esta, pela sua visão fragmentária, induz ao equívoco de desviar o foco de análise, posto que “*no mínimo, o pós-modernismo implica uma rejeição categórica do conhecimento “totalizante” e de valores “universalistas”*” (WOOD, 1999, p. 9-10).

As reflexões aqui presentes buscam, assim, evidenciar a essência dos processos desencadeados, historicamente, sobre a Amazônia, os quais, no contexto da crise capitalista contemporânea, acirram a exploração desenfreada de que ela tem sido vítima, produzindo e reproduzindo nela expressões da “questão social”.

## 2 O ESPAÇO AMAZÔNICO: homem e natureza

Mas caberia perguntar de qual Amazônia estamos falando e, por isso mesmo, os estudos sobre esta região não podem prescindir de uma apreensão da totalidade, ou de sua tentativa, mesmo que esta seja tão complexa como o é a sua extensão física, social, cultural, econômica

e histórica. Complexidade que contribuiu para o desenrolar de processos históricos próprios, que estão na base da sua configuração atual e que lhe conferem uma particularidade.

O que primeiro chama a atenção aos olhos dos observadores externos é a sua extensão geográfica, dificultando a apreensão dos condicionantes que se realizam sobre e a partir dela. Geograficamente falando, a vasta região do planeta conhecida por Amazônia, situa-se ao longo da linha do Equador, predominantemente no lado do Hemisfério Sul, no nível das regiões africanas do Gabão, Quênia, Tanganica e Congo e possui “uma superfície estimada em torno de 7,5 milhões de km<sup>2</sup>, representando cerca de 44% do território sul-americano” (PANDOLFO, 1994, p. 32). Diante desses dados, uma constatação: aquilo que nomeamos Amazônia não é exclusivamente brasileira, é Latino-Americana. Sua área geográfica abrange 09 (nove) países: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Dos países Latino-Americanos, o Brasil é o que possui a maior extensão continental, com aproximadamente 45% da área global. A Amazônia brasileira corresponde a 60% do território nacional e abrange, em sua totalidade, toda a Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima) e parte do estado do Maranhão, no Nordeste. Em seus quase 5 (cinco) milhões de km<sup>2</sup>, abriga um contingente populacional de 18,7 milhões de habitantes, o que corresponde a 12% da população nacional, com uma densidade demográfica de aproximadamente 3,46 hab/km<sup>2</sup>, situando-se, assim, bem abaixo da média nacional que é de aproximadamente 17 hab/km<sup>2</sup>.

A grandiosidade territorial produziu uma espacialidade com feições próprias, na qual se destacam dois espaços sociais tradicionais “cada qual assinalado por características bem definidas, mas também marcado por uma forte articulação mútua, [...], o espaço da cultura urbana e o da cultura rural”. (LOUREIRO, 1995, p. 55)

Os processos sociais de exploração, resistência e assimilação, que conformaram a ocupação do espaço amazônico, originaram uma cultura com características próprias, onde o homem nativo vive (vivia!) em relação de complementariedade com a natureza, dela tirando o necessário à sua sobrevivência. Esta natureza compõe-se de dois elementos principais na vida do amazônida, a floresta e o rio. A primeira, classificada como floresta equatorial latifoliada, por sua exuberância, foi denominada de *Hylæa* (do grego *hilé* que significa matéria densa), pelo naturalista Alexander Von Humboldt, que esteve nestas terras ainda no século XVIII. Floresta e rio contribuem para um clima quente

e úmido, com precipitações superiores a 2.000 mm/ano, responsável pela presença quase que diária da chuva em certas áreas da Amazônia. Quanto ao rio, este se constitui em verdadeira rua para a sua população, conformando uma “vasta e intrincada rede hidrográfica, formada pela calha do rio Amazonas e seus afluentes e subafluentes [...], que se capilariza em numerosos lagos, igarapés, furos e paranás” (PANDOLFO, 1994, p. 33), constituindo-se na maior bacia hidrográfica do planeta.

A inconfundível capilarização da bacia hidrográfica foi responsável pelo padrão de localização dos núcleos urbanos, às margens dos rios, no primeiro momento de sua ocupação. Esta situação gerou uma quantidade infindável de pequenas comunidades ribeirinhas, dispersas pelo vasto território e que ainda hoje lhe dão feição própria diante de outras regiões.

No processo de esfacelamento<sup>2</sup> da sociedade indígena pela sociedade colonial, produziu-se uma absorção de culturas, que constitui-se na base sócio-cultural da Amazônia e onde o *cabôco*<sup>3</sup>, assim originado, é o legítimo herdeiro da cultura indígena, “cuja força cultural tem origem na forma de articulação com a natureza” (LOUREIRO, 1995, p. 68). Esta articulação com a natureza produziu uma realidade única onde a propriedade da terra<sup>4</sup> é condição preliminar do trabalho. Seu nível de organização é o de famílias extensas, aquela que “em sua composição incorpora não só o casal original, como outros casais agregados que se vinculam por laços de parentesco, à mesma fonte de produção.” (TEIXEIRA, 1991, p. 99).

Compreende-se que a realidade social se constitui numa totalidade em que a dinâmica do modo de produção capitalista age de forma a alterar as relações dos homens entre si e com a natureza. Na Amazônia, estas alterações têm raízes históricas a partir da penetração de relações capitalistas nos seus espaços, processo desencadeado desde a colonização do período mercantil, no qual se substituiu a forma de subordinação social, num *continuum* histórico que foi desde a transformação do índio em cabôco e, deste, em assalariado. Isso se deu, de forma mais intensa, a partir da segunda metade do século XX, quando segmentos da população cabôca vieram a se constituir em mão de obra assalariada, nos grandes empreendimentos citados. O surgimento do dinheiro, numa economia predominantemente desmonetarizada, provocou uma mudança essencial na qualidade de vida das populações amazônicas. Elas foram substituindo a obtenção da sua subsistência diretamente da natureza por uma obtenção mediatizada pelo uso do dinheiro oriundo do salário, com evidente desvantagem dessa segunda condição.

### 3 AMAZÔNIA E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA: as origens da sina colonial.

Abstraindo-se os demais fenômenos apontados por Karl Marx para explicar o desenvolvimento capitalista, destacamos aqui a Acumulação Primitiva e o sistema colonial a ela inerente -, como vetor fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Na verdade, diz Marx, as condições, nada naturais, para a emergência do Modo de Produção Capitalista foram dadas pelo que ele chama de Acumulação Primitiva.

É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência. [...] Na realidade, os métodos da acumulação primitiva nada têm de idílicos (MARX, 1989, liv. I, vol. II, p. 829-830).

Entre os modos nada idílicos a que Marx se refere, podemos destacar a pilhagem, o saque, a chacina, a ganância com que as primeiras nações a se lançarem ao além-mar, lograram acumular, algumas efemeramente, grandes tesouros às custas das regiões não civilizadas do globo<sup>5</sup>. Dentre os processos históricos que constituem a própria Acumulação Primitiva, destacam-se a expansão comercial européia e o conseqüente sistema colonial.

Para Franco Jr e Pan Chacon (1986), o colonialismo se constituiu numa saída natural para os objetivos do Mercantilismo – satisfazer a demanda metalista. Durante o Mercantilismo o comércio em expansão buscou, num primeiro momento, atrair o maior número possível de metais preciosos e, num segundo momento, favorecer a balança comercial. Para Luxemburgo (1988) a política colonial levada a efeito no processo de Acumulação Primitiva se explica pela necessidade incessante do controle dos meios de produção. Para ela, extrapolado o processo da Acumulação Primitiva no continente europeu, os meios de produção necessários ao processo produtivo podiam ser obtidos nas terras recém conquistadas. A marcha da acumulação prosseguiu então rumo àquelas sociedades que Luxemburgo chama de sociedades de economia natural, as quais, independentemente de serem formadas por

comunidades camponesas primitivas com propriedade comum da terra, relações de servidão feudal ou outras quaisquer – o que a define é a produção em função das necessidades domésticas [...] Entretanto, o ponto essencial é o seguinte: todas as formas de produção da economia natural se baseiam, de um modo ou de outro, numa dependência, tanto dos meios de

produção como das forças de trabalho. (idem, p. 317-8).

Dada a dificuldade essencial em obter satisfatoriamente, pela via do comércio, os meios de produção de que necessita e, ainda, por não se dispor a esperar pelo que Luxemburgo chama de “processo secular de desagregação”, o capitalismo “considera, como uma questão vital, a apropriação violenta [grifo nosso] dos meios de produção mais importantes dos países coloniais” (idem, 1988, p.319). Foi pela utilização destes métodos violentos que se deu a colonização das chamadas sociedades de economia natural, sendo que ao final do processo de Acumulação Primitiva, desencadeado pelos colonizadores sobre as colônias da Ásia, da África e da América, o resultado foi o mesmo produzido originalmente sobre a Europa. Os objetivos eram os mesmos – a destruição da propriedade comunal e a separação final do homem dos seus meios de produção. Estava aberto, assim, o caminho para o apossamento direto dos recursos naturais e para a “liberação” do homem, condições elementares para o processo de constituição do próprio capitalismo. De acordo com Fialho Nascimento (2006, p. 46):

a constituição daquela massa expropriada não foi uma conseqüência natural – como não o foi a acumulação de capital nas mãos de uns em detrimento da imensa maioria –, mas fruto daquela acumulação anterior, chamada primitiva, sem o conhecimento da qual o capitalismo apresenta-se como um desenvolvimento natural do espírito competitivo do homem, quando não uma motivação divina.

Dentre as nações européias, coube aos países ibéricos<sup>6</sup> – Portugal e Espanha –, a primazia da ação colonial, que aconteceu primeiramente sobre as sociedades da Ásia e da África e, logo depois, sobre a recém-descoberta América. O imaginário europeu que identificava o Oceano Índico como o lugar dos sonhos, do exotismo mental necessário àquela velha e decadente Europa, foi posteriormente empurrado para o Oceano Atlântico, este identificado ora com terras infernais, ora com o Paraíso Terrestre. Baseados na primeira versão os europeus esperavam que “[...] tempestades terríveis balançariam suas naus, como se fossem cascas de nozes, e as arremessariam nas bocas dos monstros” (GALEANO, 1985, p. 23). O outro lado do imaginário não era menos fantástico, pois quando Colombo pisou na nova terra, as Bahamas de hoje, acreditou ter chegado à ilha de Cipango, no Japão, onde os habitantes “possuem ouro em enorme abundância, e as minas onde o encontram não se esgotam jamais” (Idem).

O certo é que, especialmente em relação à América – mas não só -, os métodos utilizados por portugueses e espanhóis na pilhagem que realizaram sobre o ouro e a prata, destacam-se como os mais violentos, senão genocidas, sobre as culturas nativas.

A conquista da América propiciou aos colonizadores espanhóis o confisco imediato de enormes tesouros diretamente acessíveis ao saque organizado, o ouro acumulado durante um longo período pré-colombiano pelas antigas civilizações da meseta mexicana (azteca e maia) e do altiplano andino (inca). Quando esses tesouros se esgotaram, os colonizadores passaram à exploração das minas de metais preciosos através de processos brutais que provocaram o extermínio em massa das populações autóctones. [...] transcorrido meio século, a população indígena estava virtualmente extinta (OHLWEILER, 1990, p. 14).

A violência dos processos desencadeados sobre a América estava fundamentada no pressuposto de que os índios – assim como o negro e o mestiço -, por serem indivíduos “inferiores”, nasceram para servir. Essa inferioridade era dada, entre outros motivos, pela natureza “rude” dos indígenas, em oposição ao “refinamento”, por exemplo, dos espanhóis. Estes, a exemplo do que foi apresentado anteriormente, eram enaltecidos como “*prudentes, humanos e religiosos, enquanto aos indígenas faltam esses atributos e neles dificilmente se encontram vestígios de humanidade*” (LORENZON, 1994, p. 5).

A chamada conquista da América, inspirada nessa base filosófica,

estendeu-se, como uma maré furiosa, em ondas sucessivas. Os governadores sucediam os almirantes e as tripulações convertiam-se em hostes invasoras [...] nenhuma das culturas nativas conhecia o ferro nem o arado, nem o vidro e a pólvora, nem empregava a roda [...] A civilização que se abateu sobre estas erras, vindas do além-mar, vivia a explosão criadora do Renascimento: O desnível do desenvolvimento de ambos os mundos explica a **relativa** facilidade com que sucumbiram as civilizações nativas. [...]. Os indígenas foram derrotados também pelo assombro. [...] Os conquistadores praticavam também, com refinamento e sabedoria, a técnica da traição e da intriga. [...] As bactérias e os vírus foram os aliados mais eficazes. [...] Os índios morriam como moscas; seus organismos não opunham defesa contra doenças novas. [...] os tesouros arrebatados não preenchiam nunca as exigências da

imaginação. [...] eram tantos os índios que mataram, que se fez um rio de sangue (GALEANO, 1985, p. 28-31).

A Acumulação Primitiva que portugueses e espanhóis propiciaram – mesmo que esta tenha sido transferida ao processo de acumulação de outras nações – se constituiu, assim, numa “verdadeira alavanca do desenvolvimento capitalista” (idem). A apreensão daqueles processos que estão na base da Acumulação Primitiva é de fundamental importância para a compreensão das condições que possibilitaram à Inglaterra emergir no século XIX como grande potência mundial, pois como destaca Mandel (1985, p. 40)

a Revolução Industrial teve início no Ocidente pelo fato de ali se terem acumulado, nos trezentos anos precedentes, o capital monetário e as reservas de ouro e prata internacionais – em resultado da pilhagem sistemática do resto do mundo através das conquistas e do comércio colonial.

A colonização se constituiu, assim, no grande e verdadeiro vetor do que Marx veio a conceituar como Acumulação Primitiva, sendo o saque colonial o método pelo qual as riquezas das sociedades colonizadas foram transferidas para as sociedades colonizadoras, que as transformaram, por sua vez, em capital – coisa que até então não eram. O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de monopólio eram poderosas alavancas de concentração do capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apresadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre refluíam para a metrópole onde se transformavam em capital. (MARX, 1989, liv. I, vol. II, p. 871).

A Acumulação Primitiva que se realizou sobre as vastas colônias dominadas pelas nações imperialistas, foi direcionada no sentido de reforçar a exportação das matérias-primas necessárias à acumulação de capital. A obtenção, especialmente dos recursos minerais e energéticos, em condições excepcionalmente vantajosas, auferiu fontes extras de lucro, o que se fez, e ainda se faz, sobre regiões-nações onde se pode obter tanto mão de obra como matérias-primas a baixos custos. A máxima rentabilidade dada por estas condições aprisionou os países do chamado Terceiro Mundo, entre os quais destaca-se o Brasil e, nele, como caso exemplar, a Amazônia. Nesta, a abundância de recursos naturais condicionou, desde a colonização, a sua inserção subordinada aos interesses externos, nacionais e internacionais. Esta situação pouco

se alterou nos séculos seguintes e foi agravada a partir do governo militar pós-64, o qual deu continuidade à transformação da região em fronteira do capital.

#### 4 AMAZÔNIA E OCUPAÇÃO RECENTE: os grandes projetos.

A inserção subalternizada do Brasil no quadro do mercado mundial, consolidou-se, contraditoriamente, no contexto da industrialização tardia e do projeto desenvolvimentista, que lograram redefinir a inserção do país no contexto da divisão internacional do trabalho no pós-segunda guerra mundial. A Amazônia, como região rica em recursos minerais diversos (essenciais ao processo de acumulação capitalista, muito especialmente a partir daquela guerra), foi transformada em espaço de expansão das relações de produção capitalistas, particularmente a partir do golpe militar de 1964. Esse período, ao qual chamamos de ocupação recente, foi marcado pela estratégia conduzida pelos militares, atendendo ao duplo interesse de prevenção das idéias socialistas e de abertura de espaços ricos em matérias primas à exploração capitalista. Os processos desencadeados a partir daí, lograram produzir uma ocupação desordenada e predatória da Amazônia, contribuindo decisivamente para a intensificação dos graves problemas agrários e ambientais de que a região é palco.

Dentre as várias formas de intervenção sobre a região Amazônica, destaca-se, a partir da década de 1970 do século XX, a implantação de grandes projetos<sup>7</sup> mínero-metalúrgicos. Apesar dos inúmeros estudos sobre este tipo de empreendimento, estudos estes que informam sobre seus efeitos nefastos, estes empreendimentos do grande capital (e de grande capital), continuam a ser priorizados, numa retomada permanente do discurso Saint-Simoniano de crença nos poderes da indústria como redentora da civilização (RIBEIRO, 1992).

Sob a ótica das elites locais e nacionais, os grandes projetos econômicos passaram a representar o desenvolvimento da Região, o que se constitui, a nosso ver, o fenômeno da coisa, impedindo que se veja mais além a essência desse fenômeno, qual seja, a internacionalização do capital (LIMA, 1994). Foi, sobretudo, a partir da ditadura militar que o Estado brasileiro criou as condições institucionais para aquela internacionalização, através do aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia pela via dos grandes projetos, demarcando um novo momento na história da Região.

As empresas transnacionais aqui instaladas, beneficiadas pelos incentivos fiscais e outros benefícios deste período de desregulamentação,

privatização e flexibilização, organizam a produção de matéria-prima a baixo custo (mão de obra barata, energia subsidiada, infraestrutura oferecida pelo Estado, fiscalização ambiental incipiente e etc), remetendo-a aos países hegemônicos, nos quais é processada e tornada mercadoria, alimentando, assim, o ciclo de produção e acumulação de capital. Um mercado cartelizado controla todo esse ciclo produtivo, de acordo com seus interesses, o que implica o controle dos preços das matérias-primas. Assim, se quiserem gerar divisas, os países retardatários terão que extrair e exportar, cada vez mais (e com maior prejuízo social e ambiental) os seus recursos naturais.

Um dos exemplos dessa exploração desenfreada e dos efeitos que causa é o do Programa Grande Carajás – PGC, que se situa em partes dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins, num total aproximado de 900.000 km<sup>2</sup>, correspondente a 11% do território nacional (idem, p. 36). De acordo com Sandroni (1994), em sua área encontra-se a maior província mineral do planeta - cobre, estanho, ouro, alumínio, manganês, níquel e ferro -, sendo que as jazidas deste último, localizadas na Serra dos Carajás, no Estado do Pará, foram estimadas entre 18 (dezoito) e 20 (vinte) bilhões de toneladas; grande potencial hidrelétrico e ampla cobertura florestal. A Companhia Vale do Rio Doce<sup>8</sup>, uma estatal brasileira privatizada na década de 1990 – e sobre a qual se abordará no capítulo III, tem exclusividade na exploração das jazidas de ferro da serra dos Carajás, constituindo-se na maior companhia de mineração de ferro no mundo. À grandiosidade – Carajás se constitui na maior mina de minério de ferro do mundo, exportando ao redor de 90 milhões de toneladas do minério por ano - e complexidade deste empreendimento, ou do conjunto dos seus vários subprojetos, corresponde um gigantesco e complexo conjunto de consequências socioambientais sobre a região onde ele foi decretado. Estes efeitos abrangem diferentes grupos humanos e diferentes áreas geográficas<sup>9</sup>, daí decorrendo a sua complexidade. Entre os muitos efeitos destacam-se aqueles que relacionam dialeticamente áreas urbanas e áreas rurais, ambas afetadas pelo movimento industrializador que gera

uma urbanização forçada interpenetrando instalações industriais poluidoras, incluindo-se carvoarias e guzeiras, com aglomerados urbanos, notadamente em Açailândia (MA) e Rondon do Pará (PA). Descrevem mais um capítulo da “guerra ecológica”, sublinhada por Yves Lacoste, ao deteriorarem a qualidade de vida nestas cidades, ao afetarem gravemente a saúde dos trabalhadores. Há uma percepção viva destes efeitos caóticos da industrialização em curso (ALMEIDA, 1995, p. 44).

As políticas fundiárias conduzidas pela ditadura, ao priorizarem a implantação de grandes projetos, como o Carajás, foram fundamentais para o agravamento do caos agrário nas áreas de sua influência. O fosso social produzido a partir daí, agrava-se década após década. Os assassinatos no campo, especialmente no entorno do Projeto Carajás, fazem parte do dia a dia da região. A maior chacina contra a população sem terra de que se tem notícia se verificou justamente num dos municípios de influência do projeto – El Dorado dos Carajás<sup>10</sup>. Outros municípios próximos como Marabá<sup>11</sup> e Parauapebas são exemplos de uma miséria social sem precedentes. A população destas áreas, ao ser expulsa da terra, converteu-se numa população flutuante, ao sabor das condições vigentes localmente. Uma parcela expressiva desse contingente humano vive no entorno de Marabá, sobrevivendo de fazer carvão, destruindo assim a cobertura vegetal local. Esse carvão é vendido para as guseiras – fábricas que surgiram na área a partir da disponibilidade de ferro – transformando Marabá no maior produtor de ferro-gusa do país. Os processos decorrentes da implantação de Carajás produziram, assim, uma infundável sucessão de problemas sociais, cujo mais importante é, sem dúvida, o conflito pela posse da terra<sup>12</sup>.

A busca desenfreada pela geração de divisas e suas correspondentes práticas, tendem a submeter, pela desigualdade expressa nas relações de troca do mercado mundial, as sociedades de economia subordinada, como o são aquelas situadas em toda região amazônica, a uma exploração cada vez mais implacável, o que rebate, direta e indiretamente, nas condições de vida de milhares de indivíduos.

## 5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento capitalista experimentou, especialmente a partir das três últimas décadas do século XX, mais uma de suas crises. Em meio a ela, se articulou um conjunto de estratégias, em diferentes instâncias, que foram prontamente disseminadas pelos ideólogos burgueses de plantão. Não há dúvida de que o neoliberalismo, embora não resolva a crise, pela própria natureza contraditória do capitalismo, se constituiu na mais influente dessas estratégias. As medidas adotadas pelos países capitalistas sob o marco do neoliberalismo, atingiram duramente a classe trabalhadora, o que se deu, especialmente, por meio de uma flexibilização das leis trabalhistas, gerando uma infinidade de situações – redução do número de empregos com carteira assinada, contratação terceirizada, contratos de trabalho formal com renúncia de direitos trabalhistas, redução de carga

horária com redução salarial, entre outras -, constituindo-se num ataque aos direitos sociais e políticos arduamente conquistados pela classe trabalhadora no decorrer do século XX.

Importa destacar ainda que as transformações societárias em curso desde a década de 1970, impactaram de diferentes formas os países de capitalismo central e aqueles de capitalismo periférico, entre os quais se situa – embora de forma particular - o Brasil. No caso brasileiro, em virtude da sua inserção subordinada ao mercado mundial capitalista, as manifestações da “questão social”, tanto as expressas pelo desemprego, como outras, tornam-se mais dramáticas e se manifestam no agravamento das condições de vida da imensa maioria da população brasileira.

Em decorrência do receituário neoliberal, que tenta conter os efeitos da crise sobre os países de capitalismo central, os ônus daquela são remetidos aos países retardatários como o Brasil. Nestes, as medidas de contenção da crise se dão tanto pela intensificação das condições de exploração da força de trabalho – de que decorre o agravamento das condições de vida da população trabalhadora -, como pela intensificação da exploração dos recursos naturais – do que decorre a destruição da natureza, especialmente nos países e/ou regiões onde ela é mais rica e abundante. Este é o caso, no Brasil, da Amazônia, região internacionalmente reconhecida pela abundância de recursos naturais.

Estes recursos, transformados em riqueza pela ação do homem, acabam por condenar à pobreza a grande maioria da população. O homem amazônida, como de resto nenhum outro homem, se alimenta de bauxita, ferro, níquel, etc., e muito menos de soja, a mais recente expressão produtiva em alta na Amazônia. Os processos de transformação das matérias-primas em mercadorias de alto valor no mercado internacional, pela via de empresas multinacionais, não reverte em dividendos para a população do estado, mas, muito pelo contrário, resultam em apropriação, aculturação e empobrecimento.

Neste universo particular que é a Amazônia, as contradições presentes estão, inequivocamente, relacionadas à acumulação capitalista mundial. Aos inúmeros processos desencadeados, historicamente, em razão dessa acumulação, somaram-se outros, especialmente em função da crise capitalista contemporânea, configurando uma realidade regional onde se pode encontrar, entre tantos outros fenômenos, uma massiva desigualdade social – expressa no empobrecimento de sua população; uma recorrente agressão à natureza – expressa nos desmatamentos, nas queimadas e na poluição dos rios; um record de violência na área rural – em decorrência dos inúmeros conflitos pela

posse da terra; um explosivo adensamento populacional dos centros urbanos – sem que uma correspondente infraestrutura de bens e serviços fosse instalada; uma permanente ameaça aos grupos indígenas e às comunidades tradicionais em geral – territorialmente e culturalmente expropriados; uma impune biopirataria – que atualiza o saque colonial à biodiversidade amazônica; um lucrativo narcotráfico – que na ausência do poder público prolifera, inclusive como alternativa econômica à pequena produção agrícola; uma crescente prostituição infanto-juvenil e adulta – que condena gerações; uma criminosa presença do trabalho escravo e do trabalho infantil – (de que a Amazônia, no qual a região se destaca,) dar maior clareza à finalização do parágrafo isso para ficar apenas nos fenômenos mais divulgados pelos meios de comunicação.

Conclui-se por afirmar que as manifestações da “questão social” na Amazônia são prenes de uma particularidade que está a exigir dos seus pesquisadores um esforço contínuo de apreender a sua lógica e as respostas que os amazônidas – em especial os trabalhadores, incluindo-se aí os assistentes sociais – têm dado no enfrentamento da “questão social”.

#### REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Seminário Consulta, 1995.
- FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista**: elementos para uma compreensão da “questão social” na região. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- FILIPINI, Flávia et all. **Superávit Primário**. Brasília: Fórum Brasil do Orçamento, 2004.
- FRANCO JR, Hilário; PAN CHACON, Paulo. **História Econômica Geral**. São Paulo: 1986.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [s.n.], 1985.
- LEAL, Aluizio Lins. Os primeiros impactos sociais de um polo metalúrgico na Amazônia: o caso ALBRAS/ALUNORTE. **Revista Ciências da Terra**, n. 5, jul./ago., 1982.
- \_\_\_\_\_. **Grandes Projeto Amazônicos**: dois casos precursores. 1996. Tese (Doutorado). PUC, São Paulo, 1996.
- LIMA, Carlos Alberto Ferreira. Capital e crise. **Revista do Centro Sócio-Econômico**. Belém, v. 1, n. 1, nov. 1994.
- LORENZON, Alino. Encontro/Desencontro – a filosofia e o “Descobrimento” da América. In: LEMOS, Ária Tereza Toríbio Brittes (org.). **América Latina em discussão**; congresso América 92. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: CEJUP, 1995.
- LUXEMBURGO Rosa. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tradução de Marijane Vieira Lisboa. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. [Brasil]: Bertrand Brasil, 1989. 7 v.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, v. 2, n. 3, jan./jul., 2001.
- OHLWEILLER, Otto Alcides. **Evolução Sócio-Econômica do Brasil**. São Paulo: Ortiz, 1990.
- PANDOLFO, Clara. **Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.
- PEREIRA, José Carlo Matos. A urbanização da Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional. In: CARDOSO, Ana Claudia Duarte (org.). **O rural e o urbano na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2006.
- RIBEIRO, Gustavo Lins et all. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Reprodução**: visões da Eco 92. Rio de Janeiro, 1992. (Série Textos de Pesquisa 2. Núcleo de Pesquisa ISER). (mimeografado).
- SANDRONI, Paulo. (org.). **Novo Dicionário de Economia**. [S.I.]: Editora Best Seller, 1994.
- TEIXEIRA, Joaquina Barata. (Coord.). **Reprodução da força de trabalho em área de impacto de projeto transnacional**: um estudo do processo de proletarização em Barcarena/PA. Belém: FINEP/FADESP/UFGPA, 1991.
- WOOD, Ellen M. **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernismo. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1999.



## NOTAS

- De acordo com Netto “*Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”*” (2001, p. 43), daí porque o uso desta expressão está relacionado à emergência da classe trabalhadora no cenário político. O pensamento revolucionário, ao problematizar a ordem econômico-social estabelecida, adquire consciência de que a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa. É por esse motivo que o uso da expressão “questão social” se faz, também aqui, com as aspas acrescentadas por Netto (2001) para indicar a sua apropriação pelo ideário burguês no sentido de sua mistificação. No debate que se trava hoje, concorda-se com este autor, para quem não há uma nova “questão social”, mas a emergência de novas expressões dela, dadas pela complexidade da exploração medular do capitalismo.
- Ao lado do poder das armas do colonizador, as nações indígenas foram severamente afetadas pela “catequese e a pedagogia dos padres da Igreja [que] foram os agentes de uma imposição simbólica [e física] sobre a cultura indígena, levando elementos estranhos [...] justapondo-os a cultura indígena, reestruturando a expressão nativa” (LOUREIRO, 1995, p. 71).
- Entenda-se por *cabôco* o habitante do interior amazônico que pratica atividades fundamentalmente herdadas da cultura indígena, como a prática da caça, pesca, coleta florestal e pequena agricultura, independentemente de uma raiz étnica estrita e necessariamente índia. O termo advém, conforme indica Leal (1982) do *nheengatu caá - bôc*, que significa “*tirado do mato*”, subentendendo-o, aí, como um herdeiro legítimo do quadro cultural do índio.
- No meio *cabôco*, “é costume considerar-se dono da terra todo aquele que sobre ela detenha o caráter de seu ocupante histórico; há casos de famílias “donas” de territórios há várias gerações, e que deles não possuem nenhum comprovante legal, por terem-nos recebido, às vezes, por doação oral de antepassados seus, e não lhes exigirem os seus costumes e a sua cultura a necessidade de tal comprovação” (LEAL, 1982, p. 50).
- Lorenzon destaca a contribuição do filósofo mexicano Leopoldo Zea que em seu livro **Discurso desde la marginación y la barbárie** (1988), “começa por definir o conceito de **bárbaro** [grifo do autor], empregado por Heródoto para designar o não-grego, aquele que apenas é capaz de **balbuciar** [grifo do autor] a verdade e o **logos** [grifo do autor]. O civilizado (no caso, o grego) é aquele que possui a verdade, aquele que tem o poder de afirmá-la e declará-la contra quem pretenda subvertê-la, isto é, alterá-la. É evidente que o privilégio de possuir a verdade não é apenas do filósofo, mas também do político, de grupos sociais, de povos e de nações. Proprietários do logos, isto é, da cultura (técnica, ciência, arte, religião, direito etc.), os gregos e, na tradição destes, os romanos, **os europeus** [grifo nosso] julgaram que a única ordem possível a ser aceita e vivida era a dos povos “civilizados [...] Assim, quem conhece a ordem do universo e, conseqüentemente, do homem e da civilização, **pode e deve impor a própria visão do mundo e da sociedade** [grifo nosso]” (LORENZON, 1994, p. 5-6).
- “Entre os elementos que contribuíram para a expansão, não podemos deixar de lado certo espírito cruzadístico que ainda existia, sobretudo na Península Ibérica [...] Por fim, três outros fatores contribuíram para expansão: a posição geográfica dos ibéricos, a precoce centralização política portuguesa e os progressos náuticos. Sem cair nos extremos de se hiper-valorizar ou de se negar a importância destes fatores, como muitas vezes já se fez, devemos apenas reduzi-los às suas verdadeiras proporções (FRANCO JR e PAN CHACON, 1986, p. 99-100). A historiografia oficial fornece as provas de como se deu a junção dos interesses econômicos – expansão comercial –, com os interesses religiosos - salvação das almas selvagens -, tudo realizado sob o signo da **espada** e da **cruz**.
- Para Leal (1996), “o termo **grande projeto** (grifo do autor) surgiu na Amazônia da década de 1970 para designar os empreendimentos-enclaves que operam retirando recursos naturais em grande quantidade, mandando-os para fora” (p.10). Segundo este autor, os dois casos precursores dos Grandes Projetos na Amazônia foram o Projeto FORD e o Projeto ICOMI. A esse respeito ver a obra do autor referenciada ao final.
- No contexto da gradual modernização brasileira, o presidente Getúlio Vargas desencadeou um conjunto de medidas, no âmbito econômico, entre as quais se destaca a criação, em 1942, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Esta seria responsável pela área de mineração no processo de fortalecimento da empresa estatal conduzida por Vargas. A esse contexto nacional junte-se um dado fundamental: tanto a criação da CVRD, como da famosa Batalha da Borracha (década de 1940), inscrevem-se nos marcos da crescente pressão norte-americana pelo controle de recursos naturais no Brasil.
- De acordo com Almeida (1995) podemos encontrar na área do Programa Grande Carajás, nos três Estados que o compõem, Unidades de conservação ambiental; Reservas extrativistas;

Terras indígenas; Áreas reservadas aos militares; Áreas concedidas, adquiridas ou pretendidas pela CVRD; Áreas desapropriadas, adquiridas e projetos de assentamento; Reservas garimpeiras e províncias auríferas; Áreas de ocorrência de babaçuais e a produção de óleos vegetais; um Polígono de Castanhais; Terras de pretos, Terras de índios; Terras de santo; Terras da Igreja; Cooperativas de pequenos produtores agroextrativistas; Usinas de ferro gusa, de ferro ligas e carvoarias e Latifúndios por dimensão e imóveis rurais com área igual ou superior a 10.000 hectares.

10. No dia 17/04/1996, este município foi palco do assassinato de 19 (dezenove) trabalhadores sem terra pela Polícia Militar do Pará. Em 1995 cerca de duas mil famílias de trabalhadores sem terra acamparam à beira da rodovia PA-275, no município de Curionópolis, Estado do Pará. Os trabalhadores sem terra visavam ocupar a fazenda Macaxeira, uma área reconhecidamente improdutiva. Após contatos com o governo do Estado, este prometeu assentar os acampados e lhes enviar alimentos. Como estes últimos não chegaram, os trabalhadores sem terra resolveram empreender uma marcha de 800 quilômetros até Belém para pressionar. Após uma semana de caminhada acamparam, porque lhes faltava alimentos, num trecho da estrada, próximo do município de El Dorado dos Carajás, bloqueando o trânsito. Após a promessa de que os alimentos finalmente chegariam os sem-terra desbloquearam a estrada. No dia 17 de Abril receberam a notícia de que o acordo não seria cumprido o que os fez bloquear novamente a estrada. No mesmo dia viram chegar 155 (cento e cinquenta e cinco) policiais militares, tendo início um ataque ao qual os trabalhadores sem terra responderam. O que se seguiu ficou conhecido por massacre de El Dorado dos Carajás e as cenas gravadas por uma equipe de televisão local, bem como o laudo dos legistas sobre as mortes dos trabalhadores sem terra – dos 19 (dezenove) mortos, 12 (doze) receberam tiros certeiros na cabeça e no tórax; 7 (sete) foram mortos com seus próprios instrumentos de trabalho, retirados deles quando já estavam rendidos; 7 (sete) trabalhadores estão desaparecidos até hoje e ainda restaram 69 (sessenta e nove) feridos, muitos deles mutilados - demonstram que o nome de massacre bem se aplica ao ocorrido. Para que não se pense que se tratou de um fato isolado, um ano antes ocorreu um outro massacre, desta vez no município de Corumbiara, em Rondônia, quando famílias lideradas pelo Sindicato Rural ocuparam uma fazenda pertencente a um paulista que a “comprara”, na década de 1970, por ocasião da venda de áreas públicas pelo governo federal. Na ação dos policiais militares que cumpriam

ordens de despejo dos ocupantes, 9 (nove) trabalhadores sem terra foram mortos – entre eles uma menina de sete anos -, sendo que o laudo do legista comprovou que os mortos receberam tiros pelas costas e à curta distância. Observa-se assim que a miséria rural criada pelos efeitos do Estatuto da Terra, desembocou num crescente de reivindicações, respondidas com violência pelos órgãos de repressão à serviço do Estado. A selvageria oficial em resposta às reivindicações dos desesperados, especialmente na área rural, tornou-se, assim, frequente.

11. O município de Marabá, no sul do Pará, ficou conhecido na década de 1980 como “marabala” por causa da violência, expressa em constantes assassinatos, decorrentes do violento processo de apossamento do território pelos privilegiados pelas leis da ditadura, cujos interesses eram impostos às custas da pistolagem.

12. Em Fevereiro de 2005 a Amazônia brasileira foi destaque nos noticiários nacionais e internacionais devido ao assassinato da missionária norte-americana Doroty Stang, de 73 anos, há 40 anos no Brasil, 3 dos quais no município de Anapu, no Estado do Pará. A morte da missionária, que atuava pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) – entidade que assessora os movimentos sociais na área rural – esteve ligada aos conflitos pela posse da terra que, apesar de envolverem toda a Amazônia, são especialmente graves no Estado do Pará. A situação de violência no campo neste Estado, motivada por conflitos pela posse da terra, é tão grave que o Pará lidera, com folga, as estatísticas da violência no campo. Dados da CPT registram a ocorrência de 1335 conflitos pela terra somente no ano de 2003, com 73 pessoas assassinadas. No período de 1985 a 2003 registraram-se 1003 situações de homicídio, com a morte de 1349 pessoas. Em resposta ao assassinato da missionária, já confessado pelos pistoleiros *rapidamente* presos e que foram contratados por fazendeiros da região, o governo federal desencadeou um conjunto de medidas emergenciais, como, no caso, a presença ostensiva de contingentes do exército, para tentar conter a situação, sem que isso tenha evitado novas mortes pouco tempo depois. A violência no campo, a exemplo da violência urbana, que “*projetou*” cidades como o Rio de Janeiro, compreendidas como expressões da “questão social”, continuam a ser tratadas como caso de polícia. Na Amazônia os conflitos pela posse da terra se constituem numa problemática complexa porque resultam de infundáveis situações de posse que configuram diferentes personagens: posseiros – nativos e/ou migrantes, grileiros, pequenos proprietários – legais e/ou ilegais -, latifundiários – legais e/ou

ilegais -, fazendeiros, madeireiros, seringalistas, multinacionais, grandes empresas nacionais, etc. Entretanto, tem-se como elemento imutável, em meio a essa complexidade, a ação do Estado, ou a falta dela, no sentido de induzir a emergência desses conflitos devido à estrutura mesma da sociedade capitalista, na qual a terra, como meio de produção, encontra-se nas mãos do capital.

**Nádia Socorro Fialho Nascimento**

Doutora em Serviço Social. Professora da Faculdade de Serviço Social/FASS da Universidade Federal do Pará (UFPA).

**E-mail:** nadasfialho@gmail.com / fialho@ufpa.br

**Universidade Federal do Pará - UFPA**

Av. Augusto Correa, n. 1, Guamá.

CEP: 66.000-000

Belém – PA